

## FICHA TÉCNICA 6

# CUSTOS DE INFRAESTRUTURAS E DE OBRAS

### 1. DEFINIÇÃO

Esta categoria cobre as despesas em **infraestruturas e obras necessárias** para a consecução dos objetivos do projeto.

No caso de projetos de investimento, incluirá também os custos de **investimento fixos** (tais como maquinaria, terrenos, edifícios, instalações, veículos e tecnologia).

O beneficiário deverá assegurar a **sustentabilidade financeira do investimento**, garantindo que conta com os recursos financeiros necessários para assumir tanto o custo do investimento como os custos de manutenção do mesmo.

As despesas poderão basear-se em **contratos** celebrados com fornecedores de serviços e peritos externos, e cujo pagamento se efetue com base em faturas.

Esta categoria incluirá, unicamente:

- a) A aquisição de **terrenos**, sempre que o seu custo seja inferior ou igual a 10% do total da despesa elegível para a operação. No caso de zonas abandonadas, ou com um passado industrial que compreendam edifícios, o seu custo deverá ser inferior ou igual a 15% do total da despesa elegível para a operação. Não obstante, este limite não se aplicará às operações relativas à conservação do meio ambiente.
- b) Licenças de obras
- c) Materiais de construção
- d) Mão-de-obra
- e) Intervenções especializadas, tais como a descontaminação de solos ou a eliminação de minas

As despesas derivadas do cumprimento dos requisitos obrigatórios (tais como avaliações de impacto ambiental, licenças, etc.) serão incluídos na categoria de custos relacionados com o recurso a competências e serviços externos, exceto quando formem parte de um contrato de obras.

### 2. IMPUTAÇÃO DOS CUSTOS DE INFRAESTRUTURAS E DE OBRAS

Será elegível o custo total daquelas infraestruturas e obras que, formando parte do projeto, **se utilizem exclusivamente para o mesmo**, e tenham sido executadas e pagas entre as datas de início e fim da operação.

Os adiantamentos sobre contratos não se considerarão elegíveis, salvo quando exista uma realização parcial da obra ou serviço, devidamente documentada.

### 3. PISTA DE AUDITORIA

Para efeitos de controlo, os documentos justificativos dos custos de infraestruturas e de obras que devem formar parte da **pista de auditoria** são os seguintes:

- ✓ Documentos legais que demonstrem a **propriedade dos terrenos ou edifícios** sobre os quais atuará o projeto
- ✓ **Processo de contratação completo**, de acordo com a normativa aplicável, assim como as suas possíveis modificações
- ✓ **Instruções de contratação interna**, no caso de entidades não sujeitas às normas de contratação pública
- ✓ **Declaração de ausência de conflito de interesses** (ver modelo)
- ✓ Documento que descreva os **trabalhos a realizar** e a sua relação com o projeto
- ✓ **Fatura** com toda a informação pertinente, de acordo com as regras de contabilidade aplicáveis (certificações de obra, certificação final, etc.)
- ✓ Evidências ou documento contabilístico de **pagamento** da fatura
- ✓ Qualquer elemento que permita comprovar a **existência** dos trabalhos realizados e a sua relação com o projeto
- ✓ **Produtos/evidências** derivadas do trabalho de serviços e peritos externos, se for o caso
- ✓ Documento que garanta a **sustentabilidade financeira** do investimento
- ✓ Documento que permita verificar que a instituição mantém **registros contabilísticos independentes** ou códigos contabilísticos adequados.
- ✓ Evidências do cumprimento das regras de Notoriedade, Transparência e Comunicação

Os documentos que constituem a pista de auditoria deverão ser colocados no arquivo digital Interreg (entorno CoFFEE).

### 4. DURABILIDADE DAS OPERAÇÕES (art. 65º do Regulamento (UE) n.º 2021/1060)

O Estado-Membro reembolsa a contribuição dos Fundos para uma operação que envolva investimentos em infraestruturas ou investimentos produtivos se, no prazo de cinco anos a contar do pagamento final ao beneficiário ou, quando aplicável, no prazo previsto nas regras relativas aos auxílios de estado, essa operação for objeto de uma das seguintes mudanças:

- a) Cessação de uma atividade produtiva ou transferência de uma atividade produtiva para fora da região do nível NUTS 2 em que recebeu apoio;
- b) Mudança de propriedade de um elemento da infraestrutura que confira a uma empresa ou a uma entidade pública uma vantagem indevida;
- c) Alteração substancial que afete a sua natureza, os seus objetivos ou as suas condições de execução de uma forma que comprometa os seus objetivos iniciais

O reembolso pelo Estado-Membro por motivo de incumprimento do presente artigo é efetuado proporcionalmente ao período de incumprimento.